

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS*
Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas

Sumário

1. Justiça: histórico conceitos. 2. Justiça: realidade ou utopia? 3. Cidadania: histórico, conceitos. 4. Papel do juiz na consecução da cidadania. 5. Democratização da acessibilidade ao Poder Judiciário. 6. Justiça e cidadania na escola. 7. Conclusão: justiça e cidadania.

1. Justiça: histórico, conceitos

A Justiça, mais que uma virtude ética, é força moral intelectual. Exsurge da necessidade de vinculação do homem a uma ordem social e humana, consubstanciando-se na razão de existência do próprio Direito, aflorando da consciência própria dos indivíduos, da idéia de justiça, fincando suas vigas nas fontes irradiadoras dos princípios, ou seja, o Direito Natural. Portanto, seu ideário insere-se na essência do Direito.

O labor de se realizar uma definição de Justiça, é dos mais árduos, a sua conceituação clássica, com alicerce nas concepções de Platão e Aristóteles, incorporada ao corpus iures ovilis, fora elaborada por Ulpiano, que assim a valorou: "Justiça é a constante e firme vontade de dar a cada um o que é seu."¹

¹ Instituições de Justiniano, Livro I, Título I, nº 01, 1979

Esta formulação, germinou do sistema filosófico de Platão (marco inicial da racionalização), que a concebera como "a máxima virtude do indivíduo e do Estado²", ou seja, cada homem possuiria uma aptidão particular, e por imposição da Justiça (leia-se Estado), delimitaria os afazeres de cada indivíduo, aos que lhes fossem inerentes.

Prosseguindo-se no lapidamento da concepção de Justiça, extreme de dúvidas, que Aristóteles teve relevante destaque, pois, aperfeiçoou-a, distinguindo em dois tipos: Geral e Particular, inserindo-se o elemento igualdade, ao concebê-la como "A virtude concernente às relações sociais."³ Tão sobrelevante fora sua contribuição, que Emil Brunner, considerou-a como precisa, ao discorrer que: "pode-se dizer, em verdade, que a doutrina da Justiça nunca foi além de Aristóteles, mas sempre se volta a ele⁴. "

Ademais, precipuamente à Racionalização, institucionalizada por Platão, o pensamento a despeito da Justiça tinha conotação divina, mitológica, sem no entanto, afastar-se das referências à Verdade, à Liberdade, à Moral e à Lei. É o que se abstrai de excertos Bíblicos, como os de São Mateus: "Porque vos digo que, se a vossa Justiça não exceder em muito os atos dos escribas e fariseus, jamais entrareis no reino dos Céus."⁵ ; de Santo Agostinho: "A Justiça é a ordem do amor."⁶; "Os reinos sem Justiça não passam de grandes latrocínios."⁷; e Salmos 119.142: "A tua lei é a própria verdade", dentre inúmeras outras citações.

Diversos outros conceitos, a despeito da Concepção de Justiça, foram elaborados, mas, nenhum aproximou-se tanto da precisão do tema, como o de Ulpiano, arrimado nos estudos filosóficos de Platão e Aristóteles.

² República, p. 367.

³ Ética a Nicômaco, VIII, I

⁴ Emil Brunner, La Justicia, 1961, p.36. Bíblia

⁵ Bíblia

⁶ De civitate dei, XV, p.22.

⁷ Idem



Algumas definições elaboradas:

SANTO TOMÁS DE AQUINO:

"A Justiça tem por escopo ordenar o homem nas suas relações com os outros homens⁸".

KELSEN:

"A Justiça é um ideal irracional. Visto do ponto de vista racional, há apenas interesses e, portanto, conflitos de interesses. Só o Direito Positivo pode ser objeto da ciência⁹."

DEL VECHIO:

"A Justiça é fonte inesgotável, que não serve, senão, para completar a inevitável imperfeição da legalidade ¹⁰."

2. Justiça: realidade ou utopia?

A Justiça Social está atrelada ao pensamento de que, o ordenamento existencial de um grupo social é indispensável à satisfação dos seus impulsos vitais e como garantia dos seus direitos fundamentais. Dessa maneira, a idéia de Justiça coincide com a consciência jurídica pura de uma comunidade, como já discorria o grande pensador Rousseau, que designava essa consciência, como o raciocínio no silêncio das paixões, ou seja, aquele sentimento universal de Justiça. Assim, o bem comum dos grupos existentes numa sociedade, não se realiza sem o bem comum de toda a comunidade, sendo este o escopo maior de uma nação.

O próprio filósofo clássico Aristóteles discorria que o conceito de Justiça, repete-se, implicaria sempre um certo grau de igualdade. Já outro grande pensador Kant acentuou e inseriu o elemento liberdade, discorrendo que a liberdade de cada pessoa é limitada pela liberdade de todas as outras. Portanto, Justiça não é apenas a coexistência entre igualdade e liberdade, mas sim uma síntese harmônica entre estas.

⁸ Suma, Q. 58, a. 5

⁹ Crítica dos Costumes

¹⁰ A Justiça - A Verdade, p. 216.

Se o Ordenamento Jurídico se afasta dos princípios do Direito Natural, como corolário lógico, não há que prevalecer a Justiça, uma vez que, sua simples abstração, não é capaz de atender aos anseios sociais.

Consectariamente, não se pode olvidar, a imprescindibilidade de se trazer a Justiça, do mundo abstrato, para sua aplicação no Direito. Deve, pois, os que realizam a atividade legiferante, incorporá-las às leis, por conseguinte, ao próprio Direito, para que se possa dar efetividade aos postulados precípuos, objetivando o bem comum da coletividade, através de uma equânime e proficiente prestação da Tutela Jurisdicional, pelo Poder Judiciário.

3. Cidadania: histórico - conceitos

A concepção germinadora de cidadania, consubstancia-se na participação, no atuar, no agir para construir o seu próprio destino. O que modifica-se, ao longo dos tempos, são o grau e as formas de participação e sua abrangência.

Imperioso demonstra-se, estabelecer-se uma inter-relação deste conceito com o de Direitos Humanos. Não porque, originalmente, ambas conceituações se identificassem, mas, com a experiência histórica, sua aproximação fica cada vez mais evidente, a ponto de chegarem a ser inseparáveis, atualmente, acarretando a evolução de uma implementação do outro.

Destarte, formula-se o conceito de cidadania, como sendo a completa fruição e exercício dos Direitos Individuais, Sociais, Políticos e Econômicos - Direitos Humanos - garantidos no ordenamento jurídico.

Portanto, não basta a garantia formal de tais direitos, mister é sua concreção. Para tanto, inevitável se faz a efetiva implementação de todos, visto que apenas em conjunto se podem materializar plenamente.

Desta forma, para o perfeito exercício da cidadania, requer-se igualdade, não apenas jurídica, mas de oportunidades; liberdade física e de expressão; educação; saúde; trabalho; cultura; lazer; pleno emprego; meio-ambiente saudável; sufrágio universal e secreto; iniciativa popular de leis; dentre outros direitos que compõem o quadro dos Direitos Humanos.

Os fatores históricos, étnicos, culturais, econômicos e sociais, vivenciados desde o descobrimento do Brasil, tresdobraram-se em influência incisiva, no período imperial, para que o ideário de cidadania desse um salto em sua escala evolutiva, principalmente, pelo fato de já se pensar em consultar, mesmo que por quantidade de capital, o "povo", politicamente.

Deste marco em diante, acelerou-se a evolução da cidadania brasileira aproximando-a gradativamente de sua valoração hodierna. Justapõem-se todas as conquistas adquiridas no decorrer da historiografia jurídica nacional, e criam-se os argumentos básicos que propiciaram a constituição de 1988. Esta atendendo aos anseios sociais e individuais daquela época, exsurgiu sob a égide da Social-Democracia, opondo-se, à ditadura de 64, resgatando, dessa maneira, os direitos individuais, sociais, humanos e políticos, revitalizando, dessa forma, com todas as forças à Cidadania. Tanto que ficou conhecida como a "constituição cidadã", por esta essência.

Objetivamente, considera-se a Cidadania como um conjunto específico de direitos e obrigações de cada cidadão que abrange desde os seus Direitos humanos, sociais, individuais, até os seus direitos políticos, concretizados pelo sufrágio universal e ampliados pelo enraizamento deste título com outras ciências afins que calculam e estudam os seus reflexos e a importância de sua existência na sociedade em que atua.

À luz da verdade, a *Lex Fundamentalis* não inadmite negar a Cidadania, pois, traz consigo, no seu *means legis* a valoração do que é esta verdadeira instituição, se consubstanciando em *facultas agendi*, ou seja, Direito subjetivo.

Inexiste a possibilidade de se adquirir direitos sem que se cumpra o dever de buscar realizar e factibilizar a cidadania, já que direito e dever, neste caso, inter-relacionam e locupletam-se. Portanto, vislumbra-se latente, a essencialidade de se dar plena eficácia ao exercício da Cidadania, para que, paulatinamente, aperfeiçoe-se o Estado Democrático de Direito, que possui como atribuição precípua o bem comum da população.

4. Papel do juiz na consecução da cidadania

O Magistrado deve almejar, no exercício de seu múnus público, distribuir aos cidadãos que se socorrerem do poder judiciário, a efetiva prestação da Tutela Jurisdicional, função precípua e primordial do Estado-Juiz, tentando alçar, assim, a dignidade da pessoa humana, consagrada em nosso Digesto Augusto, agindo com equidade e impessoalidade, colimando dar o direito a quem realmente o tem.

Sobremaneira, deve-se destacar a imprescindibilidade de tornar o judiciário acessível aos menos favorecidos, adágio este, que comungam todos os que integram o Judiciário Nacional, esforçando-se, incessantemente, a alcançar a justiça, agindo sempre com retidão e dignidade, perfilhando-se as palavras de Benjamin Constant que dissertava: "viver pelos outros, viver em todos e em cada um, como sentimos os nossos semelhantes, viver em nós mesmos, eis o verdadeiro destino do homem"¹¹."

Cumpre-se ainda, asseverar a imperiosa e evidente, imprescindibilidade de se fazer cumprir os princípios, preceitos e

¹¹ Coletânea de Pensamentos da Sabedoria Universal, p. 195

garantias, esculpidos no Digesto Maior em todos os seus termos, para que assim, seja exercitada a função precípua do Órgão Judicante, com dignidade e imparcimônia.

A essência do regime democrático repousa na existência de uma Justiça forte, independente e livre. Não há registro na história dos povos que diga o contrário. Sempre que os déspotas querem concentrar em si o poder de mando - encarnar o Estado, destroem o Poder Judiciário e fecham o Legislativo.

Pierre Calamandrei, o grande advogado italiano, exultando a importância do Judiciário, bem o disse que: "Para achar a pureza do Tribunal é preciso que lá se entre com alma pura; para encontrar a Justiça é preciso ser-lhe fiel, pois, como todas as divindades, ela só se manifesta àqueles que nela crêem¹²."

Não se pode, pois, permitir que o Poder Judiciário sucumba diante de circunstâncias hostis, porque sua derrocada, extirpe de dúvidas, será a derrocada da liberdade e da democracia, instituições que, sem ele, serão feridas profundamente e as vítimas seremos nós, o povo, a sociedade e a cidadania.

O Judiciário é o ancoradouro de todas as vicissitudes; O enfraquecimento do Poder Judiciário, sem dúvida, somente estimula o arbítrio e a injustiça. Consoante o ministro do Pretório Excelso, Marco Aurélio de Mello, traceja que "a missão que foi confiada aos juízes e tribunais pelo povo, qualifica-se como uma das mais expressivas funções políticas do Poder Judiciário¹³."

Supina a importância, de se democratizar a Justiça, para que esta possa atender aos anseios e dar acesso aos jurisdicionados mais carentes e necessitados. Mister, se faz trazer à baila o entendimento do

¹² Pierre Calamandrei, Instituições de Direito Processual Civil, I.

¹³ Discurso de sua posse como Presidente do STF.

ministro Celso de Mello, que assim manifestou-se: "no processo de construção da igualdade e de consolidação da cidadania, revela-se , essencial organizar um modelo institucional que viabilize o efetivo acesso de todos ao sistema de administração de Justiça, para que o reconhecimento constitucional dos direitos e das liberdades não se transforme em um inútil exercício de justas expectativas fraudadas pela omissão inconseqüente do Poder Público. É preciso construir a cidadania a partir do reconhecimento de que assiste a toda e qualquer pessoa uma prerrogativa básica que se qualifica como fator de viabilização dos demais direitos e liberdades¹⁴."

5. Democratização da acessibilidade ao Poder Judiciário

Essencialmente, o movimento de acesso à justiça trata de analisar e procurar os caminhos para superar as dificuldades ou obstáculos que fazem inacessíveis as liberdades civis e políticas. A busca pelo acesso à justiça não se encontra apenas no plano de reformas processuais. O elemento normativo deve ser visto como um fator e não como solução para a crise do acesso. A sede do Povo por Justiça deve ser saciada com uma resposta rápida do próprio Poder Judiciário, garantindo o direito exigido e inerente ao cidadão.

Não há como fugir da angústia de querer ver concretizada a idéia de um Judiciário acessível a todos, conforme garantido na Carta Magna vigente. Carlos Mário da Silva Velloso sustenta que devemos viabilizar o acesso à ordem jurídica justa e que esta compreende, além de um direito material justo, o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, assentado, sobretudo, no aperfeiçoamento do ensino jurídico, e, conseqüentemente, das pessoas que vão dar vida ao direito, os magistrados, os advogados, os procuradores, os membros do Ministério Público e os demais operadores do direito.

¹⁴ Discurso no STJ.

Ademais, premente demonstra-se a necessidade da justiça ir até ao cidadão. Essa nova questão já está sendo implementada em nosso Estado pela Egrégia Corte de Justiça Estadual, através de realizações rotineiras do Projeto Justiça Itinerante, em convênio com os municípios alagoanos, levando Justiça e Cidadania aos Jurisdicionados menos favorecidos.

Com o escopo de ampliar o acesso à Justiça, a Carta de 1988 tornou obrigatória a criação de juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau (Art. 98, I) A distância entre Justiça e o Povo é muito grande. Fruto desse divórcio, os Juizados Especiais foram criados pela Lei 9.099/95. Surgiram não como a única porta para a aproximação do Judiciário e o Povo. A distância dos cidadãos em relação à administração da justiça é tanto maior quanto mais baixo é o estado social a que pertencem e que essa distância tem como causas próximas não apenas fatores econômicos, mas também fatores sociais e culturais, ainda que uns e outros possam estar mais ou menos remotamente relacionados com as desigualdades econômicas.

Em discurso de posse na presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o Juiz Tourinho Neto salientou: “

Precisamos de reformas de base que façam com que o país cresça, prospere e que façam seu povo feliz. Precisamos de uma revolução cultural que liberte totalmente o homem e que tenha caráter humanística, democrática, pluralista. Despretensiosamente, almejo tão somente, nesta presidência, contribuir, vencendo as minhas deficiências naturais e na medida das minhas exíguas forças, para a renovação do Poder Judiciário em benefício do nosso povo: crendo que a independência dos juízes é a única e verdadeira salvaguarda da liberdade do povo. Amo a justiça e quem sabe amar mil vezes diz o seu amor, e nunca

bastantemente o terá dito. A força é a alavanca do mundo, garantia da justiça, como dizia Pascal. Venham, pois, juntas a justiça e a força de tal modo que o que é justo e o que é forte seja justo”.

A solução para a crise do acesso à justiça não está apenas no jurídico - processual. O jurista tem que ter essa consciência para solucionar o problema. As propostas alinhavadas mostram o atual cenário dos interessados pela solução do divórcio entre a justiça e o Povo. A resposta ao problema não se encontra apenas nesse plano material. O jurista tem que observar as microcenas – o Povo excluído da justiça. O processualista tem que se inserir no contexto político, econômico, cultural e social de seu tempo.

6. Justiça e cidadania na escola

Outrossim, imprescinde-se, além das medidas anteriormente mencionadas, que inicie-se e implemente-se a idéia de Justiça e Cidadania, no nascedouro da formação dos Cidadãos, ou seja, a escola. O Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, por intermédio de seu presidente, o Desembargador José Fernandes Lima Souza, em comunhão com os demais integrantes daquela Egrégia Corte de Justiça, implementaram o Programa Cidadania e Justiça na Escola, com o escopo maior, trazer à sociedade mais carente da população, conhecimentos básicos a despeito da Legislação Pátria.

Obsecrando, que os futuros cidadãos, apreendam e compreendam os direitos e garantias, de que são detentores, para que assim, possam defendê-los, dos abusos que possam ser perpetrados, preparando os futuros Cidadãos, para que participem efetivamente das escolhas da nação, objetivando, o bem comum de toda a coletividade.

7. Conclusão: Justiça e Cidadania

Clarividencia-se, que a efetividade da Justiça , inter-relaciona-se intimamente com a cidadania, pois, uma Justiça, independente,

equânime, célere, imparcial, evidentemente arrimada em um Ordenamento Jurídico atento aos anseios sociais, tresdobrar-se-á, em Judiciário que tem como desiderato prestar uma proficiente Tutela Jurisdicional, pacificando os litígios, e até mesmo prevenindo-os, contribuindo de maneira determinante, para o aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito, pois, já prelecionava Aristóteles, que o Bem comum de um o povo, encontra-se numa amplitude valorativa, maior que a da justiça, consistente em " um acervo de bens, criado pelo esforço é participação ativa dos membros de uma coletividade e cuja missão é a de ajudar os indivíduos que dele necessitam, para a realização de seus fins existenciais¹⁵."

Portanto, a concretização da efetiva Cidadania só será possível, com a aplicação da Justiça social, pois, sem um Poder Judiciário independente, não há Democracia, e sem Magistratura ativa não há Estado de Direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Filosofia do direito. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

HART, Harbert I. O Conceito de Direito. 2. ed. Oxfor: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

RADBRUCH, Gustav. Filosofia do direito [tradução do Prof. L. Cabral de Moncada]. 5. ed. Coimbra: editor sucessor, 1974.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. 18.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1998.

VECCHIO, Giorgio Del. Lições de Filosofia do direito. [tradução de Antonio José Brandão]. 5. ed. Coimbra: sucessor, 1979.

¹⁵ Ética a Nicômaco, VIII, I.

DELGADO, Mauricio Godinho. Democracia e Justiça – sistema judicial e construção democracia no Brasil. São Paulo: LTr, 1993.

GRAU, Eros Roberto. Direito, Conceito e Normas Jurídicas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos humanos e cidadania Ed. Única. São Paulo: Moderna, 1998.